

Ano XX nº 6085 – 02 de julho de 2019

## Bancos públicos: redução de crédito pode impulsionar desigualdade no país

A participação dos bancos privados no saldo das operações de crédito superou a dos bancos públicos pela primeira vez, desde junho de 2013. Os dados apresentados pelo Banco Central (BC) acendem um alerta para a concentração regional e setorial dos financiamentos no país, já que os bancos privados atuam exclusivamente nas áreas e públicos de maior renda.

A mudança pode representar redução de crédito para a fatia da população que mais precisa e que depende das instituições públicas para o desenvolvimento.

O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Jair Pedro Ferreira, lembra que, historicamente, os bancos privados financiam as regiões mais desenvolvidas do país, como Sul e Sudeste, e as grandes empresas.

“As análises para a concessão de crédito são tão criteriosas, que só obtém quem já tem dinheiro. E o crédito para o microempreendedor do interior do Norte e Nordeste? São os bancos públicos que concedem crédito para as políticas públicas”, avalia Jair Pedro Ferreira.

De acordo com estatísticas divulgadas pelo BC, o saldo das operações de crédito das instituições estatais chegou a R\$ 1,643 trilhão, enquanto o das instituições privadas (nacionais e estrangeiras) foi de R\$ 1,644 trilhão. Em três anos, a carteira dos bancos públicos teve uma queda de 6,6%. Em janeiro em 2016 representava 30,2% do PIB e em maio deste ano é de 23,6%.

A Caixa responde por sete de cada 10 financiamentos imobiliários no Brasil. A população das regiões Nordeste e Norte são ainda mais dependentes dos bancos públicos para comprar a casa própria.

Durante a crise econômica de 2008, iniciada com a falência do banco de investimento americano Lehman Brothers, várias instituições financeiras do mundo quebraram. Conhecida como crise do subprime, vários bancos ficaram em situação de insolvência o que afetou as bolsas de valores de todo mundo. O evento teve reflexos no Brasil, que só não foram maiores graças à atuação dos bancos públicos que emprestaram a baixos juros, evitando que a crise fosse maior.



## Mercado atualiza PIB para baixo pela 18ª vez

A estimativa do mercado financeiro para o crescimento da economia este ano continua em queda. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com instituições financeiras, a projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) -- a soma de todos os bens e serviços produzidos no país -- desta vez foi reduzida de 0,87% para 0,85%. Essa foi a 18ª redução consecutiva.

A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu de 3,82% para 3,80% este ano, na quinta redução seguida. A meta de inflação de 2019, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, mantida em 6,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Ao final de 2019, as instituições financeiras esperam que a Selic esteja em 5,50% ao ano. Na semana passada, a projeção era de 5,75% ao ano. Para o fim de 2020, a expectativa é que a taxa básica baixe para 6% ao ano e, no fim de 2021 e 2022, chegue a 7,5% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Quando o comitê aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.